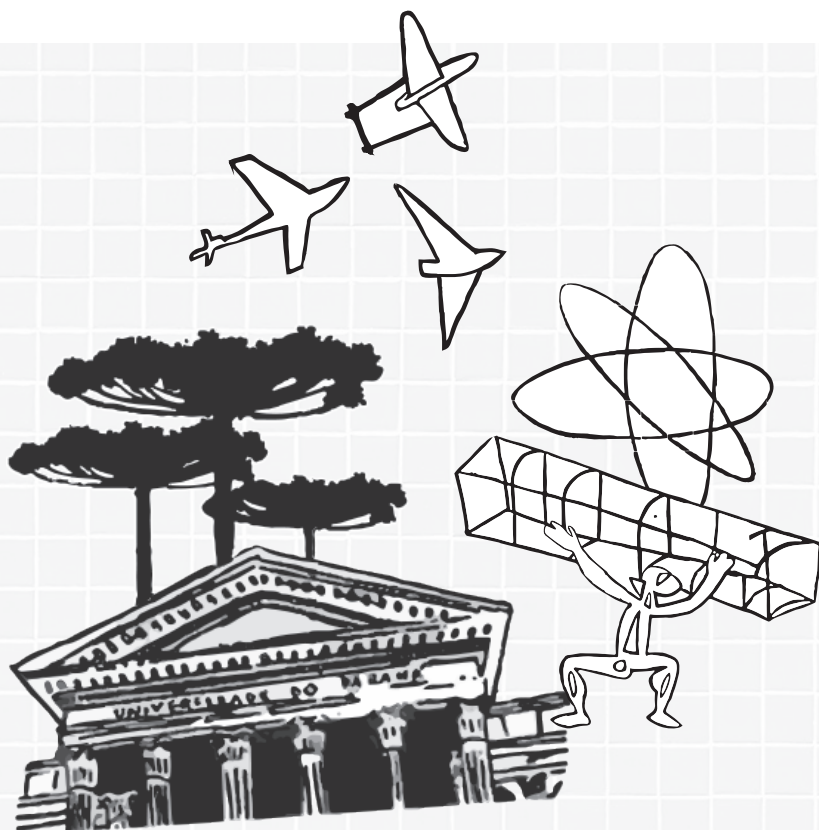


JORNAL DA CIÊNCIA

Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

**SB
PC** Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência
75 Educação
e Ciência
sempre



A CIÊNCIA ESTÁ DE VOLTA

75ª Reunião Anual da SBPC, realizada Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, celebra o retorno do debate aberto sobre a construção das políticas científicas, mas alerta para a necessidade de reforçar a defesa da democracia

▶ 3 a 6

»»»»»» ANO XXXVII
AGOSTO/SETEMBRO 2023

Nº 805

jornaldaciencia.org.br

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A construção
da pauta para
a 5ª CNCTI

7

DEMOCRACIA

O papel
fundamental das
humanidades

12

MEIO AMBIENTE

Povos
tradicionais na
conservação
ambiental

13

PESQUISA

A exclusão acadêmica e científica que atinge a Amazônia 15

Vida longa à SBPC!

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) chegou aos 75 anos. Entre 23 e 29 de julho, celebramos esse importante marco temporal nos espaços da Universidade Federal do Paraná (UFPR), outra antiga instituição – que este ano completou 111 anos de existência.

Foram mais de sete décadas de muita luta e manifestações abertas e corajosas em defesa da ciência, educação, direitos humanos, saúde e desenvolvimento sustentável – bem antes dessa palavra virar moda. Desde sua fundação, a SBPC se manteve a favor da democracia e resistente contra a tirania.

A mesma garra se mostrou na travessia dos últimos sete anos em que passamos por um golpe parlamentar contra a única mulher eleita e reeleita presidenta do País e dois anos de um governo pessimamente avaliado que trouxe de volta ao Planalto os militares que tanto lutamos para afastar. E, claro, quatro anos de um governo negacionista dos valores republicanos e democráticos, dos direitos humanos, da educação, da ciência e do meio ambiente.

Sobrevivemos e, mais que isso, chegamos fortes à 75ª Reunião Anual da SBPC, otimistas com o futuro.

Para debater o tema do encontro, que foi “Ciência e democracia para um Brasil justo e desenvolvido”, contamos com a presença dos mais conceituados cientistas, pesquisadores, professores e especialistas. Tivemos também a presença de muitas autoridades, entre elas a de três ministros do governo atual: Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), Camilo Santana (Educação) e Nísia Trindade (Saúde). Mais do que uma cortesia, a visita desses gestores sinaliza um momento histórico: a retomada da educação e da ciência como políticas de Estado.

Temos dito que SBPC é suprapartidária, sempre dialoga com os governos, independentemente das posições, quando é para falar de política com P maiúsculo – ou seja, dos interesses da ciência, do Brasil e da democracia.

Agora, em um momento de reconstrução e definição de novos horizontes, a SBPC quer participar de mobilizações para políticas públicas de longo prazo que garantam o progresso da ciência, e de iniciativas pelo fortalecimento dos valores democráticos.

A 75ª Reunião Anual foi o momento propício para esse debate. Aproveitamos a união de tanta gente qualificada para construir a pauta da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), marcada para 2024.

Nesta edição do Jornal da Ciência Especial, trouxemos a essência do encontro com um balanço das atividades e os temas mais relevantes – o que, aliás, foi difícil selecionar, uma vez que tivemos 125 atividades entre conferências, debates e mesas-redondas.

A reunião superou todas as nossas expectativas em termos de público presencial e virtual, nos trazendo a grata obrigação de ultrapassar os marcos na próxima edição do evento, a 76ª Reunião Anual, que já tem data, local e tema definidos. Será entre os dias 07 e 13 de julho de 2024 na Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém. O tema será “Ciência para um futuro sustentável e inclusivo: por um novo contrato social com a natureza”.

Boa leitura!

Renato Janine Ribeiro | Presidente da SBPC

Paulo Artaxo | Vice-presidente da SBPC

**CONTRIBUA E FORTALEÇA
A SOCIEDADE CIENTÍFICA
MAIS REPRESENTATIVA
DO PAÍS!**



Você pode doar qualquer valor, a qualquer momento. Ajude a SBPC a manter seu trabalho em defesa da ciência, da educação e do desenvolvimento econômico e social do País

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) conta com um espaço virtual para que apoiadores da entidade possam fazer doações em dinheiro para fortalecer seu trabalho em defesa da ciência, da educação e do desenvolvimento econômico e social do País. Para colaborar com qualquer quantia, basta acessar o link: <http://portal.sbpcnet.org.br/doacao> e seguir as instruções.

A SBPC é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País.

Sediada em São Paulo, a SBPC está presente nos demais estados brasileiros por meio de Secretarias Regionais. Representa cerca de 180 sociedades científicas associadas e mais de 3,5 mil sócios ativos, entre pesquisadores, docentes, estudantes e cidadãos brasileiros interessados em ciência e tecnologia.

A SBPC participa ativamente de debates sobre questões que determinam os rumos das políticas de Ciência, Tecnologia (C&T) e da Educação no Brasil. Tem assento permanente no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão consultivo do Governo Federal para definição das políticas e ações prioritárias no campo da C&T. Possui representantes oficiais em mais de 20 conselhos e comissões governamentais. Periodicamente institui grupos de trabalhos – compostos por cientistas renomados em suas especialidades – com o objetivo de estudar e apresentar propostas para questões específicas de interesse nacional.

Anualmente, a SBPC realiza diversos eventos, de caráter nacional e regional, com o objetivo de debater políticas públicas de C&T e difundir os avanços da ciência. A entidade também contribui para o debate permanente das questões relacionadas à área por meio de diversas publicações, como o Jornal da Ciência, a revista Ciência e Cultura, seu portal na internet e a edição de livros sobre temas relacionados à ciência brasileira.

Conheça todas as ações da SBPC em seu portal: www.sbpcnet.org.br.

Faça parte dessa campanha e colabore com a SBPC:

<http://portal.sbpcnet.org.br/doacao>



**Fortaleça a SBPC:
ASSOCIE-SE!**



portal.sbpcnet.org.br/associe-se/

Siga a SBPC nas redes sociais:

@SBPCnet



Em Curitiba, participação expressiva de público



Cerca de 44.500 pessoas participaram das atividades presenciais e online, uma média de 6,3 mil visitas por dia

RAFAEL REVADAM

“A ciência voltou! E voltou em grande estilo!” comemorou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine Ribeiro, ao fim da 75ª Reunião Anual (75ª RA) da entidade, que neste ano foi realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba. “Essa Reunião Anual no Paraná criou um patamar de tanta qualidade, que fica um desafio para as edições futuras”, brincou Janine Ribeiro, na cerimônia de encerramento, realizada no dia 28 de julho.

As atividades presenciais, como debates, conferências, painéis e mesas-redondas, reuniram mais de oito mil pessoas. Já as transmissões online, divididas entre os canais da SBPC e da UFPR, colecionaram mais de 17 mil visualizações até o fim do evento. Mais de 16 mil crianças, adolescentes e professores de escolas da região também visitaram a 75ª RA no período de segunda a sexta-feira.

No sábado, 29 de julho, houve o “Dia da Família na Ciência”, em que todos os espaços da Reunião Anual foram abertos para receber o público, o que levou aproximadamente 3.500 pessoas ao campus da UFPR (a cobertura com fotos está na página 20).

Presencialmente, a programação científica da 75ª RA contou com 41 conferências,

62 mesas-redondas, três encontros, 13 sessões especiais, quatro assembleias, um ciclo de conferências, uma reunião, duas sessões de pôsteres e uma sessão de encerramento. Ao todo, foram realizadas 125 atividades, nas quais participaram mais de 8 mil pessoas.

Foram 10.784 inscritos no evento, e cerca de 4.600 desses se credenciaram. Além disso, foram oferecidos 32 webminicursos, com 701 participantes matriculados.

Nas sessões de pôsteres, foram apresentados 244 trabalhos em formato de vídeo-pôsteres, sendo 121 de estudantes indicados para a Jornada Nacional de Iniciação Científica, vindos de 21 instituições de todo o Brasil, e 123 enviados por estudantes e professores do Ensino Básico ou Superior e pesquisadores. Desse total, 129 também foram apresentados presencialmente, nos dias 24 e 25 de julho.

Durante a programação da 75ª RA, foram realizados os primeiros debates preparatórios para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), que acontecerá em meados de 2024 (leia mais na página 7). Ao todo, a programação contou com nove sessões especiais dedicadas à construção das políticas científicas – uma delas contou com a participação

da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

Entre os temas, foram debatidos a avaliação e o financiamento de pesquisa, a regulação da Ciência, divulgação científica e popularização da ciência e Amazônia sustentável. As resoluções propostas nos debates serão compiladas e agrupadas em um documento a ser entregue pela SBPC para o Governo Federal.

Janine Ribeiro destacou a importância do tema do encontro – “Ciência e Democracia para um Brasil justo e desenvolvido” – escolhido meses antes do resultado da eleição presidencial no País. “Nós escolhemos esse tema no ano passado, pensando muito que a ciência e a democracia poderiam estar em risco maior ainda do que estiveram nos últimos anos, porque em todos os locais em que o negacionismo ganhou um segundo mandato, foi fatal para os países. É o que aconteceu na Polônia e na Hungria, e o que acontece na Índia. Então, nós não sabíamos se a ciência e a democracia estariam sendo armas de uma resistência ou se estariam em reconstrução. Felizmente, pelo trabalho de muitos, estão em reconstrução.”





Foto: Jandiel Rodrigues/SBPC

Em primeiro lugar, a defesa da democracia

Diante da crise que abalou o até pouco tempo atrás bem-sucedido equilíbrio de forças políticas no País, mensagem dos participantes da 75ª Reunião Anual da SBPC foi de priorizar o fortalecimento do regime democrático

Defender e fortalecer a democracia é a prioridade zero de nosso País. Essa foi a mensagem mais importante da 75ª Reunião Anual (75ª RA) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que encabeçou a Carta de Curitiba, documento oficial tirado do evento.

Com o tema “Ciência e Democracia para um Brasil Justo e Desenvolvido”, a 75ª RA foi realizada entre os dias 24 e 29 de julho na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na capital paranaense.

Reeleito à presidência da entidade para um segundo mandato, o filósofo, educador e ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, ressaltou o compromisso de sua gestão no discurso de encerramento do evento.

“Ao contrário do ditado segundo o qual ‘beleza não se põe à mesa’, querendo dizer que ela apenas enfeita a vida, não trazendo resultados concretos, a democracia, sim, se põe à mesa. Ela traz efeitos positivos para a vida das pessoas. Por isso mesmo, é o primeiro ponto, o principal, em nossa Carta de Curitiba, com a qual a SBPC manifesta suas convicções e seu programa de ação para o ano que ora começa, o 76º ano de sua vida de lutas, marcadas por dificuldades, mas também muitas vitórias”, afirmou Janine Ribeiro.

Por que democracia? O presidente da SBPC explicou que o equilíbrio de forças bem-sucedido nas últimas décadas após a saída da ditadura civil-militar

(1964-1985), em que o confronto entre direita e esquerda democráticas se baseava na clara exclusão, por ambas, de qualquer aliança com forças antedemocráticas, entrou em crise séria.

“Tal crise é resultado, pelo menos em nosso País, de serem ainda fracas as bases sociais para a democracia, ou seja, um piso de igualdade que garanta a efetivação dos direitos mínimos. Pois não basta termos direitos, precisamos que eles se realizem no plano dos fatos”, discursou.

O engajamento da SBPC com a defesa da democracia permeia toda a sua história. Fundada em 8 de julho de 1948, a entidade tem uma trajetória de luta em defesa do regime democrático, dos direitos humanos, da educação e da ciência para todos. Em sessão especial de celebração dos 75 anos da SBPC, realizada dia 24 de julho, Ribeiro e três presidentes de honra – Ennio Candotti, Helena Nader e Ildeu de Castro Moreira – contaram momentos marcantes de suas histórias com a SBPC e de suas gestões, marcadas pela resistência a movimentos antidemocráticos e ataques à educação e à ciência no País.

Presidente da SBPC de 1989 a 1993 e de 2003 a 2007, Enio Candotti liderou a participação da instituição nas manifestações pelo impeachment de Fernando Collor de Mello. Sob a liderança de Helena Bonciani Nader (2011-2017), a SBPC participou da elaboração e aprovação do Novo

Código Florestal e do Marco Legal da CT&I, sancionado em 2016.

Hoje presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Nader afirmou que “democracia se conquista diariamente”. “A gente esqueceu e veja no que deu”, completou, referindo-se às tentativas de enfraquecimento do regime, de deslegitimação do processo eleitoral e de implantação de nova ditadura militar, vivenciados pelo país recentemente.

Ildeu de Castro Moreira (2017-2021) recordou a luta que liderou para que a SBPC e outras oito entidades científicas e acadêmicas lançassem, em maio de 2019, a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento – a ICTP.br –, movimento organizado para atuar permanentemente junto a parlamentares no Congresso Nacional e, também, em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. “O Brasil fala muito dos presidentes da República, mas precisamos prestar atenção também no Congresso, onde as leis são elaboradas e votadas”, recomendou Moreira.

Mirando o futuro, Renato Janine Ribeiro disse que a SBPC e a sociedade brasileira precisam se colocar questões como ‘ciência para quê?’ e ‘ciência para quem?’. “O que esperamos do futuro é que nesta Reunião de Curitiba estejam presentes crianças que, daqui a 75 anos, possam estar liderando a SBPC e comemorando a ciência brasileira e um século e meio de nossa entidade. Viva a SBPC!”, concluiu.

CARTA DE CURITIBA: MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Documento foi votado e aprovado por unanimidade na Assembleia Geral de Sócios da SBPC, realizada durante a 75ª Reunião Anual

Um manifesto público de firme defesa da democracia “e tudo que ela implica”. Assim pode ser definida a “Carta de Curitiba”, o documento oficial tirado da 75ª Reunião Anual da SBPC, amplamente divulgado e enviado a todas as autoridades nacionais. Confira a íntegra da manifestação a seguir:



Foto: Jander Rodrigues/SBPC

“A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em sua 75ª Reunião Anual, na cidade de Curitiba, proclama seu firme compromisso com a democracia e tudo o que ela implica:

- A prioridade zero de nosso País é o restabelecimento e fortalecimento da democracia. Ela não existe sem liberdade de expressão, de organização e de voto, nenhuma das quais, porém, pode ser utilizada para a ofensa, a opressão ou a discriminação. O equilíbrio dos três poderes constitucionais deve ser restabelecido, o que inclui o fim do orçamento secreto e a concepção do orçamento por critérios de interesse nacional.
- Num país marcado por séculos de colonização, escravidão e exploração da pessoa pela pessoa, faz parte essencial da democracia a igualdade de oportunidades, que permita promover uma forte inclusão social;
- A educação é o que torna a democracia sustentável. Para tanto, é preciso garantir o direito de aprendizado a todos os cidadãos, desde a tenra infância, assegurando a matrícula desde a creche até o final do ensino médio, como preveem a Constituição Federal e o Plano Nacional de Educação em vigor. O fortalecimento da formação de nossos professores, o fim da militarização das escolas, o incentivo à criatividade e ao pensamento crítico devem ser prioritários.
- No ensino médio, é preciso garantir nenhuma ciência a menos, inclusive a Filosofia, necessária para desenvolver a ética e o pensamento lógico, e a Sociologia, a ciência que estuda a sociedade.
- Também é preciso fortalecer o ensino técnico e vocacional, a exemplo do Pronatec, iniciativa que deve ser resgatada. Mas o ensino técnico precisa ter forte base científica, não podendo ser realizado às custas das ciências;
- O ensino superior, estreitamente ligado à pesquisa, requer o fortalecimento de nossos programas de pós-graduação, que devem formar profissionais bem

qualificados que possam não apenas atender às necessidades da docência universitária, mas também realizar as potencialidades de uma economia descarbonizada e sustentável. Atualizar os programas de mestrado e doutorado, levando em conta a crescente interdisciplinaridade das ciências e adequando-os à realidade nacional, deve ser considerado uma prioridade. A escolha dos reitores das instituições federais de ensino superior deve caber às respectivas instituições, sem passar pela lista tríplice, que nestes últimos anos gerou intervenções políticas indevidas nas universidades;

- Na ciência, o Brasil deve definir, ainda este ano, quais são as áreas e temas do conhecimento em que pode ter papel de liderança e protagonismo, como nossa biodiversidade e diversidade cultural, ao mesmo tempo em que tem de manter sua participação em alto nível em absolutamente todas as áreas e temas do conhecimento, inclusive naqueles em que não terá condições de ser protagonista. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) precisa continuar a trajetória de sua recomposição, ampliando a participação dos recursos não reembolsáveis para 85%, sendo estes os que se destinam a fortalecer o parque brasileiro de pesquisa. Também entendemos que devam ser aumentados os recursos para as duas grandes agências federais de fomento, CAPES e CNPq, bem como cumpridos os dispositivos das Constituições estaduais que asseguram um financiamento estável às respectivas Fundações de Amparo à Pesquisa;
- A SBPC saúda a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, aceita participar de sua concepção e organização, e defende que ainda este ano se definam a Estratégia Nacional de CT&I, bem como se inicie a construção do Sistema Nacional de CT&I, que deverá reunir os ministérios do Governo Federal voltados a este tema, em especial, mas não apenas, o MCTI, o MEC, o MS e o MMA, bem como as instâncias estaduais e, sempre que existentes, municipais;

- A preservação dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e da Saúde, aqueles que mais se aproximam da missão institucional da SBPC, deve ser garantida, não se constituindo em moedas de troca para obtenção de apoios políticos, ainda que reconheçamos a necessidade destes últimos;
- A saúde é direito de todos e uma vantagem extraordinária para nosso desenvolvimento. Isso implica não apenas o fortalecimento do SUS como, também, constante atualização na formação dos profissionais da saúde. Um programa como o Mais Médicos, que em sua vertente estrutural, a cargo do MEC, aprimora a formação dos médicos, deve ser reforçado;
- O desenvolvimento econômico é imprescindível. Para tanto, deve-se baixar a taxa de juros, que não tem comparação com nenhuma economia do planeta, e que não se justifica, dado que nossa inflação não decorre de excesso de demanda; além disso, a taxa hiper elevada que o Banco Central vem praticando acarreta despesas anuais enormes, desviando para os poucos rentistas dinheiro que poderia atender a necessidades prementes de nossa sociedade;
- Uma reforma tributária que alcance a renda e a propriedade, a exemplo do que se faz nos países avançados e nas principais democracias, é essencial, a fim de termos os recursos indispensáveis à promoção da vasta agenda que consolide nossa democracia;
- O respeito aos povos indígenas é um dever ético de primeira ordem. Repudiamos, assim, a tese do Marco Temporal e reconhecemos seu direito a suas terras, costumes, cultura, línguas, saúde e vida;
- Ninguém pode ser discriminado por sexo, gênero, cor, etnia, orientação sexual, origem geográfica, nem por credo religioso ou descrença, nem por suas ideias políticas, pelo menos enquanto respeite os outros e não viole as leis e os códigos de conduta em sociedade. Tal respeito inclui tanto o reconhecimento dos direitos e de espaço para os grupos historicamente discriminados, quanto a possibilidade de nosso País aproveitar seus talentos, necessários para nosso crescimento como sociedade e como economia. Não deveríamos precisar dizer isso, porque é óbvio, mas em nossos tempos, infelizmente, dizer o óbvio às vezes é imperioso”.

ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS DA SBPC APROVA 15 MOÇÕES

Documentos foram encaminhados às autoridades competentes dos diversos setores tratados nas moções

Os sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), reunidos em Assembleia Geral durante a 75ª Reunião Anual, no dia 27 de julho de 2023, aprovaram 15 moções de diversos temas – a maioria de forma unânime. Confira a seguir cada uma das moções aprovadas:



Foto: Jariel Rodrigues/SBPC

1 Pela redução da taxa de juros no Brasil e mais investimentos em Educação e Ciência.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

2 Não à tese do Marco Temporal. Pelo respeito à vida e aos direitos dos povos indígenas no País.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

3 Apoio para contagem dos anos de mestrado e doutorado para o tempo de previdência.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

4 Em Defesa do aumento de Bolsas e de Mulheres Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

5 Laboratórios de Ciências nas escolas da rede pública de Ensino Básico, urgência histórica no Brasil.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

6 Promoção da Igualdade de Gênero – 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e Enfrentamento ao Assédio e Demais Formas de Violência de Gênero nas Universidades Brasileiras.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

7 A educação básica, laica e universal, é o pilar da democracia!

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

8 Produção de dados quantitativos sobre população travesti e transexual no Brasil pelo IBGE.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

9 Políticas educacionais e científicas para travestis, mulheres trans e homens trans.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

10 Garantia de financiamento para a Extensão no Brasil.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

11 Repúdio ao Novo Ensino Médio.

APROVADA COM 50 VOTOS A FAVOR, 43 VOTOS CONTRA E 3 ABSTENÇÕES ✓

12 5ª CNCT e sua preparação.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

13 Moção de Repúdio à continuidade das escolas Cívico-Militares por governadores.

APROVADA COM DUAS ABSTENÇÕES ✓

14 Nota de Repúdio: Operação Ouvidos Moucos e o Caso do Ex-Reitor Luiz Carlos Cancellier.

APROVADA POR UNANIMIDADE ✓

15 Não à plantação de soja e milho irrigadas no Corredor Ecológico Capivara.

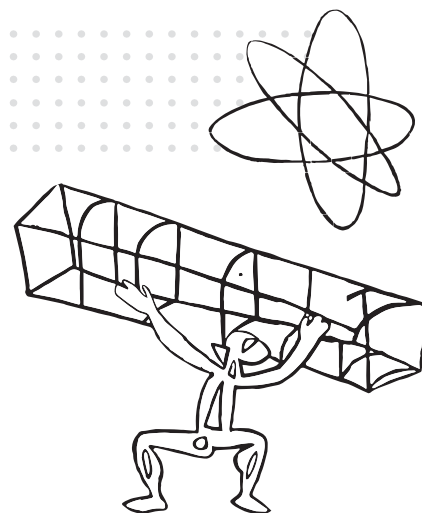
APROVADA COM DUAS ABSTENÇÕES ✓



5ª CNCTI deve dar mais protagonismo à ciência

SBPC realizou 9 sessões preparatórias para a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação durante a 75ª Reunião Anual em Curitiba

DANIELA KLEBIS



Marcada para junho de 2024, a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI) deve conferir maior protagonismo à atividade científica para embasar e implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento pleno e sustentável do País.

De forma geral, essa era a expectativa dos participantes dos nove debates para a 5ª CNCTI promovidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) durante a 75ª Reunião Anual (75ª RA). No dia 12 julho, semanas antes da realização do evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que convoca a conferência.

Alguns pontos em comum foram reiterados nos encontros, entre eles, a necessidade de maior aporte de investimentos e uma política de Estado que garanta a continuidade do financiamento ao setor. Uma demanda que vem sendo feita desde a 4ª Conferência e ainda não foi atingida é que o Brasil atinja a meta de investir 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em atividades de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).

As sessões reuniram cerca de 40 especialistas para apontar as prioridades do setor nos seguintes tópicos: financiamento e estratégias na formação e fixação de doutores; avaliação e financiamento da pesquisa; marcos legais e a necessária regulação da ciência no Brasil; divulgação científica e popularização da ciência; a avaliação e o financiamento da infraestrutura para a pesquisa

de projetos estruturantes; Amazônia sustentável; iniciativas estaduais e internacionais bem-sucedidas; saúde para todos; e, por fim, a organização geral da Conferência.

A ministra da pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, participou do 6º encontro, promovido com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), sobre a organização geral da 5ª CNCTI. “Estamos aqui para cumprir essa missão, que é uma missão do interesse público, que é do interesse do povo brasileiro, que é uma missão da autonomia e da soberania nacional”, declarou.

Além dos especialistas convidados, membros da Diretoria da SBPC coordenaram algumas das sessões.

O presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, classificou como desperdício problemático a não absorção de – ou a falta de oportunidades para – doutores em atividades de pesquisa, no mercado ou na academia. “Não basta investir, é preciso ter planejamento para aplicar esses recursos, sem desperdícios de dinheiro, de talentos e de oportunidades”, ressaltou.

“Tivemos uma expansão da rede de C&T no Brasil nos governos de Lula e Dilma, com a criação de institutos federais em todas as regiões do País. E isso impõe um problema: como assegurar que essa rede se consolide? Como fazer com que um jovem doutor continue fazendo pesquisa numa instituição isolada no interior do País? Como assegurar apoio a essa geração?”, questionou Olival Freire

Junior, diretor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no segundo encontro, que tratou da Avaliação e o Financiamento da Pesquisa.

Na discussão que se seguiu, a vice-presidente da SBPC, Francilene Garcia, também destacou a necessidade de previsibilidade de recursos e governança eficiente. E falou também da importância de pensar em investimentos no setor para além do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). “É fundamental que a gente avalie, nas especificidades regionais, nos desafios que a gente tem no País, seja nas agendas locais, seja nas agendas nacionais, bem como naquelas que nos conectam às cadeias globais, outras formas de financiamento. Temos que incluir, além da melhor governança do FNDCT, da continuidade e da efetividade dos recursos do Fundo, outras fontes”, afirmou.

Helena Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), criticou o que chamou de “modismo” das “pesquisas orientadas a missões”, chamou a atenção para a importância de todos os níveis da produção científica, da pesquisa básica à inovação e falou da urgência de ações para recuperar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) após anos de desmontes. “A 5ª Conferência vai ser ótima, mas as decisões devem ser tomadas já. O SNCTI deve ser escrito já, não dá para esperar junho do ano que vem.”

REIVINDICAÇÕES PENDENTES

A primeira CNCTI foi realizada em 1985, quando tratou especialmente de recursos humanos e áreas estratégicas, assuntos ainda pouco discutidos no País. Somente dezesseis anos depois, em 2001, a 2ª Conferência foi convocada. Ali, pela primeira vez, a inovação passou a ser considerada como uma parte indispensável do complexo de ciência e tecnologia, e as sementes da Lei de Inovação (nº 10.973/2004) foram lançadas, com a publicação dos Livros Verde e Branco da Ciência e Tecnologia e Inovação. Nesses documentos, a comunidade científica já reivindicava o direcionamento de 2% do PIB para as atividades de P&D, que deveria ser alcançado num prazo de 10 anos.

A terceira edição da CNCTI foi realizada em 2005 e dela saiu o Livro Amarelo da Ciência e Tecnologia e Inovação, basicamente reforçando os pontos da edição anterior. Finalmente, em 2010, a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi realizada no Rio de Janeiro. Segundo Luiz Davidovich, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e secretário-geral da 4ª CNCTI, o clima naquele momento era de grande otimismo em relação ao País.

“O Brasil precisava alcançar um novo patamar de investimentos em CT&I”, contou. Ali foram apontados quatro grandes desafios: a biodiversidade, a sustentabilidade da Amazônia, ciência, tecnologia e inovação para solução dos problemas sociais e a necessária revolução na educação. A maior parte dos apontamentos desse diagnóstico das necessidades do País ainda não foi implementada. “Precisamos, por exemplo, modernizar nossas universidades. Já dizia isso lá e ainda vale para hoje”, ressaltou Davidovich.

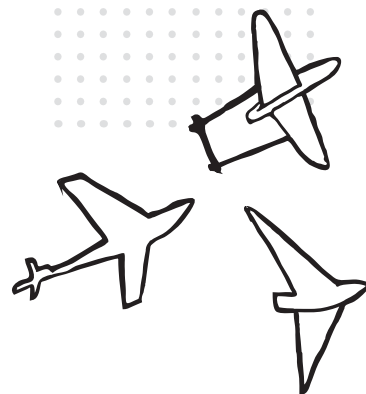
Luís Fernandes, secretário-executivo do MCTI, ressaltou a retomada do processo de planejamento estratégico do Ministério, após os meses iniciais de reorganizar a casa. “Revisitamos e atualizamos os eixos estratégicos da 4ª Conferência, para lidar com a circunstância da reconstrução do Brasil”, disse. Segundo ele, muitos pontos do Livro Azul continuam sendo negligenciados até hoje, por isso a importância de retomá-los nesta nova edição.

Sergio Rezende, presidente de honra da SBPC e secretário-geral da 5ª CNCTI, informou que seria enviado proximamente um ofício a 60 entidades, entre as quais a SBPC, solicitando que indiquem representantes para a primeira reunião da Comissão Organizadora, que deve acontecer até o fim do ano. Ali, será formada uma Comissão Executiva do evento. O objetivo dessa empreitada toda, comenta ele, é lançar as bases de um plano decenal. “Um plano é mais concreto que uma estratégia, porque prevê tudo, dos custos às articulações necessárias para implementação.”

“Esta conferência será um momento áureo de planejamentos que possam realmente contribuir para o desenvolvimento do País”, resumiu Fernando Rizzo, diretor-presidente do CGEE. Segundo ele, a questão do investimento, de recursos financeiros para CT&I, ainda é um problema muito grande para que o setor deslanche e consiga cumprir suas propostas. “O Brasil ainda investe muito pouco em ciência, se compararmos aos países desenvolvidos”, destacou.

A SBPC reunirá os principais pontos levantados nesses debates em um documento a ser apresentado à Comissão Executiva da Conferência. Os encontros foram transmitidos ao vivo pelo canal da SBPC no YouTube (www.youtube.com/canalsbpc) e permanecem disponíveis em uma playlist no site.

A 5ª CNCTI recebeu apoio da Assembleia Geral Ordinária de Sócios da SBPC, realizada no dia 27 de julho, durante a 75ª RA. Por unanimidade, os sócios aprovaram uma moção de apoio ao evento, endereçada aos ministros da Educação, Camilo Santana; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos; do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; da Saúde, Nísia Trindade; e dirigentes das entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br).



Maioria feminina

foi mantida em Diretoria eleita



Diretores, conselheiros e secretários regionais da SBPC tomaram posse na 75ª Reunião Anual. Presidente da SBPC desde 2021, Renato Janine Ribeiro foi reempossado para 2º mandato

RAFAEL REVADAM E VIVIAN COSTA

Eleitos em junho, a nova Diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), parte do Conselho e secretários regionais tomaram posse na Assembleia Geral de Sócios da entidade, realizada durante a 75ª Reunião Anual (75ª RA) em julho, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba.

Após o trabalho desenvolvido no biênio 2021-2023 de enfrentamento a um Governo Federal marcado pelo negacionismo e por ataques à ciência, quase todos os membros da Diretoria da SBPC foram reeleitos para atuar pelos próximos dois anos, de 2023 a 2025. Com pequenas mudanças de cargos e um novo nome, a nova gestão tem como desafios cobrar a retomada e o crescimento da estrutura científica nacional, com foco também na preservação do meio ambiente e proteção dos povos tradicionais. Renato Janine Ribeiro, filósofo e professor da Universidade de São Paulo (USP), foi reempossado e segue por mais dois anos como presidente da entidade.

Anteriormente ocupando o cargo de secretária da SBPC, a professora Francilene Procópio Garcia agora assume a Vice-Presidência ao lado do físico Paulo Artaxo, reeleito para o cargo. Já a professora emérita da Universidade de Brasília (UnB), Fernanda Sobral, deixa, após duas gestões, a Vice-Presidência e assume uma das Secretarias.

Claudia Linhares Sales, professora titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), foi reeleita secretária-geral. E, além de Fernanda Sobral, as outras duas vagas da Secretaria foram preenchidas por Marilene Corrêa da Silva Freitas, professora titular da Universidade Federal do Amazonas, que chega pela primeira vez ao quadro de diretores da entidade, e Laila Salmen

Espindola, professora da UnB, que foi reeleita. Freitas substitui Miriam Grossi, professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que deixa a Secretaria após dois anos.

As duas vagas na Tesouraria foram mantidas por Marimélia Porcionatto, professora e vice-diretora da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Ana Tereza de Vasconcelos, pesquisadora do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), no Rio de Janeiro.

.....

“Eu quero ressaltar a extrema colaboração de todos. A Diretoria funcionou muito bem. E seguiremos com a missão de colaborarmos com a reconstrução do País, mas criticamente, sempre mantendo nossa independência e fazendo as críticas e os elogios que sejam necessários. Creio que este é o papel do segundo mandato desta Diretoria”
(Renato Janine Ribeiro)

.....

Na cerimônia de posse, o presidente reeleito da SBPC disse que a escolha democrática dos membros da entidade para continuar com grande parte da composição da Diretoria mostra o êxito da equipe.

Janine Ribeiro comemorou a entrada de Freitas na Diretoria, e parabenizou Grossi pela valiosa colaboração no quadro de diretores da SBPC. “Embora estejamos muito alegres com a entrada da professora Marilene Corrêa da Silva Freitas na Diretoria, estamos tristes com a saída da professora Miriam Pilar Grossi, que esses anos exerceu com muito primor uma das Secretarias da SBPC”, disse.

Além da eleição da Diretoria, a SBPC também realizou eleições para renovação de parte do Conselho e das Secretarias Regionais.

Ao fim da 75ª RA, a nova Diretoria e os sócios da SBPC aprovaram importantes documentos oficiais como resultado do evento: a Carta de Curitiba e 15 moções, propostas de ações direcionadas às autoridades do poder público para contribuir com o debate em diversas frentes. Ambos os documentos podem ser lidos nas páginas 5 e 6 desta edição e também no site da SBPC: portal.sbpnet.org.br.



A retomada das políticas públicas em educação e ciência



Governo federal enviou três ministros para conferências da 75ª Reunião Anual indicando a disposição de reabrir o diálogo com a comunidade científica

RAFAEL REVADAM, JANES ROCHA E DANIELA KLEBIS

A 75ª Reunião Anual (75ª RA) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) trouxe de volta o debate aberto sobre a construção das políticas científicas, com envolvimento direto da população. Essa é a visão da secretária-geral da SBPC, Claudia Linhares Sales, responsável pela coordenação do evento.

“A 75ª Reunião Anual da SBPC abriu diálogos na definição de políticas públicas de Ciência e Tecnologia, porque tivemos uma série de retornos ao evento nesta edição. O que isso quer dizer? Que o Governo tem a vontade política de abrir um diálogo com a comunidade, e a comunidade pode dar grandes contribuições para a reconstrução do nosso País”, declarou Sales.

Na cerimônia de abertura oficial do evento, na noite do dia 23 de julho, no Teatro Guaíra, em Curitiba (PR), o tom era de celebração pelo retorno da ciência como fundamento de políticas públicas do Governo Federal após seis anos de descaso, desestruturação e negacionismo.

Autoridades locais, estaduais e nacionais marcaram presença, com destaque para a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, que aproveitou a oportunidade para fazer um balanço dos primeiros sete meses de sua gestão e anunciar novas ações para

o setor. O MCTI também voltou a montar seu estande próprio dentro da ExpoT&C (mostra de ciência e tecnologia que a SBPC realiza há 30 anos como parte das atrações das reuniões anuais).

Além de Santos, a ministra Nísia Trindade, da Saúde, e o ministro Camilo Santana, da Educação, também participaram da 75ª RA. Na cerimônia de abertura estavam ainda o prefeito de Curitiba, Rafael Greca, que discursou, assim como o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, Aldo Bona, que representou o governador Ratinho Jr.

Muito aplaudida e festejada como a primeira mulher negra e nordestina à frente do MCTI, Luciana Santos anunciou que, apesar das grandes limitações orçamentárias e estruturais deixadas pelo governo anterior, nestes sete meses, o Ministério entregou a correção das bolsas de estudos e pesquisa, com um reajuste que beneficiou 258 mil bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A ministra anunciou recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões no âmbito do Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica em Universidades e Instituições de Ciência e Tecnologia

(Proinfra). Segundo ela, a verba será distribuída nos próximos dois anos por meio de editais da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Quase 10% do total vai beneficiar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

Santos retornou à 75ª RA no dia 26 de julho para participar do 6º encontro dos Debates para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI).

Em conferência no segundo dia da programação científica da 75ª RA (25/7), a ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou que o maior desafio de sua administração seria estimular pesquisas que busquem resolver demandas estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS). “O Brasil tem uma base científica que nos permite ter um otimismo, mas é um otimismo cauteloso, pois só conseguiremos a implementação dessa agenda se tivermos a participação da sociedade”, disse Trindade.

A conferência foi coordenada pelo presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, e contou com as presenças do reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Marcelo Fonseca, e da vice-reitora da instituição, Graciela Bolzon de Muniz.

A ministra aproveitou o espaço para trazer um breve panorama da relação do Ministério da Saúde com a ciência, e criticou a condução governamental do Brasil no período da pandemia de covid-19, totalmente contrária às recomendações científicas. Segundo Trindade, o Governo Federal lançará um memorial da pandemia, uma ação que envolverá diversas pastas ministeriais para refletir sobre as ações tomadas no período e as medidas que o País ainda necessita.

Na quinta-feira, 27 de julho, foi a vez da conferência do ministro da Educação, Camilo Santana, que fez um diagnóstico da situação em que encontrou a Pasta e falou dos planos do governo, garantindo que as decisões do Ministério serão pautadas por consultas a municípios, estados e por participação da sociedade nas discussões.

Segundo o ministro, o desmonte na Pasta educacional nos últimos anos foi muito maior do que ele esperava. Por isso, a sua estratégia no MEC foi finalizar demandas que ficaram abertas há anos, antes de realizar novas medidas. “Começamos a reconstruir algumas ações importantes do Ministério, como, por exemplo, o reajuste na verba para a alimentação escolar nas escolas públicas, o que não ocorria há seis anos. Isso é crime”, frisou.

Antes de iniciar a conferência, diversos coletivos de estudantes manifestaram-se contra o Novo Ensino Médio (NEM). Camilo Santana concordou que houve erros na implementação do NEM: ele foi construído sem consultas à comunidade acadêmica e aos estudantes, foi aprovado de forma rápida, o que não permitiu a sua reflexão, e peca ao reduzir drasticamente a carga horária da base curricular, listou o ministro.

“O Novo Ensino Médio foi um tema de grande debate mesmo na equipe de transição do Governo Lula no ano passado, um debate sobre se ele deveria ser revogado ou não. E qual a orientação que a equipe de transição nos deu? Que fosse aberto um amplo debate, um diálogo com a comunidade, para que a gente pudesse tomar as decisões com responsabilidade e sem afetar os jovens, que já estavam no segundo ano de aplicação desse ensino médio”, ponderou Santana.

MESA-REDONDA DEBATEU O POLÊMICO NOVO ENSINO MÉDIO

Especialistas levantaram prós e contras das mudanças que entraram em vigor em 2018. Novas regras encontram resistência, principalmente de estudantes

Cinco anos depois de sua implementação em todo o País, o Novo Ensino Médio (NEM) tem provocado mais críticas do que apoios. A mesa-redonda “É essa a reforma do ensino médio que precisamos?” realizada dia 25 de julho, dentro da programação científica da 75ª RA, refletiu essa tendência para críticas.

Para introduzir o tema, a coordenadora da sessão, a física Marta Feijó Barroso, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e titular do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino Básico da SBPC, apresentou um estudo que revelava o baixo interesse/aptidão dos estudantes brasileiros pela ciência em comparação com outros países.

“O Brasil não possui, entre os jovens de 15 a 16 anos, um grupo que constitua a futura geração de cientistas e técnicos necessária para seu adequado desenvolvimento científico e tecnológico”, comentou Barroso, a respeito do resultado do estudo que foi baseado nos indicadores do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês).

Maurício Holanda Maia, secretário de Articulação Intersetorial com Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), apontou aspectos estruturais que afetam o EM no Brasil, fortemente marcado pelo histórico escravista e prevalência do capitalismo tardio, que causam a desigualdade social, refletida na educação. “Todas as décadas ouvimos o discurso de que a educação é importante, mas, na real, não é bem assim. Se fosse, não teríamos meninos de 7 a 17 anos fora da escola”, afirmou Maia.

Maria Cecília Amendola da Motta, ex-secretária Municipal de Educação em Campo Grande (MS), disse que algumas experiências sob o NEM são bem-sucedidas, outras não, e que não é possível tirar conclusões em quatro anos de implementação do sistema, dado que destes, dois anos foram profundamente afetados pela pandemia de covid-19. “É necessário que haja uma discussão com o Governo Federal e a comunidade educacional, tem que haver mais evidências (sobre o desempenho do NEM)”, comentou.

A socióloga Helena Singer, vice-presidente da organização Ashoka América Latina e coordenadora do Movimento de Inovação na Educação, defendeu que o EM deve responder às necessidades de mudanças que a sociedade brasileira demanda. “Se a gente vai construir um país agrário-exportador, destruir florestas, precisamos de determinado ensino médio. Mas, se vamos construir um país em que valores éticos, de igualdade, de inclusão social e de democracia são orientadores do processo de desenvolvimento, a gente precisa de outro ensino médio”, afirmou Singer.

Ao abrir a sessão para a plateia, a participação foi intensa, de professores, alunos, jovens e os mais experientes. Depois das perguntas e manifestações da plateia, alguns grupos de estudantes propuseram a revogação do NEM, ao que a professora Maria Cecília Amendola da Motta contestou que “não era possível revogar sem colocar nada no lugar” (JR).





O papel das humanidades na redemocratização

Sistemas democráticos não sobrevivem sem uma diversidade de olhar ou pensamento crítico – que são que são desenvolvidos especialmente pelas ciências humanas, dizem especialistas

CHRIS BUENO

As Ciências Humanas ajudam a compreender melhor o funcionamento de uma sociedade, sua diversidade cultural, sua história e, com isso, entender as pessoas e as relações sociais. Por isso, elas são fundamentais para a democracia de um país. O tema foi discutido na mesa-redonda “A redemocratização e as humanidades”, realizada no penúltimo dia (27/7) da programação científica da 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Nos últimos anos, o Brasil assistiu a um ataque sistemático à ciência, assim como o desmonte das universidades públicas. Esse cenário fragilizou a confiança da sociedade nas instituições de pesquisa e enfraqueceu a participação democrática de diversos grupos. Porém, a universidade resistiu. “O descrédito científico, especialmente com relação à educação, é muito grave. É importante o conhecimento para pensar os problemas sociais”, apontou Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, professora emérita do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e então vice-presidente da SBPC.

Quando as diferenças passam a ser reconhecidas no processo de fazer ciência, ocorre uma maior abertura democrática. “Levar em conta a diversidade nas tomadas de decisões, não é pensar que somos todos iguais, é acreditar que compartilhamos um espaço de tomada de poder, que temos ali um princípio comum e que as decisões são respeitadas de acordo com as nossas

origens”, explicou Frederico Augusto Garcia Fernandes, professor do Centro de Letras e Ciência Humanas (CCH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Para o pesquisador, o sentido de redemocratização passa pela reabertura do debate quanto ao fazer científico. “Após um longo período em que as universidades foram atacadas e abandonadas pelos governos, agora podemos trabalhar juntos no processo de reinvenção da democracia, que implica trabalhar conjuntamente, na esfera do coletivo.”

Para Geovana Mendonça Lunardi Mendes, professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), o processo de sucateamento das universidades evidenciou não apenas um descaso com o ensino superior, mas com a educação como um todo. “A gente tem a educação como prática social, a gente tem a educação como agenda política e a gente tem educação como campo científico.”

A pesquisadora afirmou que, nos últimos anos, a sociedade brasileira passou por um “letramento do ódio”, sendo também alfabetizada numa desconfiança contra a ciência – e isso trouxe um impacto severo no direito à educação. “A educação foi muito afetada por esse processo de descrédito científico que a gente passou no Brasil nos últimos seis anos. Com esse horizonte de redemocratização,

precisamos dar conta de reverter isso. Esse processo de redemocratização e de defesa da ciência não foi dado de graça, ele foi construído com muita luta e muitos embates.”

Ao priorizar o conhecimento técnico e deixar as humanidades de lado, os próprios fundamentos da democracia são ameaçados, havendo uma aproximação com o modelo cultural de regimes autoritários.

Segundo Edna Maria Ramos de Castro, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), os sistemas democráticos não sobrevivem sem uma diversidade de olhar ou pensamento crítico – que são desenvolvidos especialmente pelas ciências humanas. “As humanidades tiveram o papel de revelar, de mostrar que estava havendo uma preconceição de um certo domínio do saber, um domínio sobre esses processos”, pontuou.

Para ela, agora que estão sendo retomados os rumos democráticos no Brasil, é o momento de enfrentar o retrocesso e sugerir políticas públicas para uma nova gestão. “A constituição de uma nação pontuada pelos direitos humanos e democráticos e pela justiça ambiental exige uma construção coletiva. Para construir novas estratégias, é necessário vontade política de escuta e diálogo, assim como uma participação ampla da sociedade como instrumento de redemocratização.”



Reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais é fundamental para a preservação do meio ambiente

Pesquisadores discutiram a relação desses grupos com uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva

CHRIS BUENO

Andirobeiras, caatingueiros, catadores de mangaba, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, ciganos, cipozeiros, castanheiras, faxinalenses... esses são apenas alguns dos 27 povos e comunidades tradicionais – além dos indígenas – no Brasil. E não é possível discutir desenvolvimento sustentável ou justiça social sem discutir a relação com esses grupos.

Essa foi a discussão trazida na mesa-redonda “Povos e comunidades tradicionais e sua relação com uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva”, realizada dia 25 de julho durante a 75ª Reunião Anual (75ª RA) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Os povos e comunidades tradicionais ocupam territórios e usam recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Para esses povos, a sociobiodiversidade e o conhecimento são parte do seu patrimônio e devem ser guardados e preservados.

“Em todos esses territórios e povos tradicionais, um elemento comum é a conservação da biodiversidade em diferentes graus”, explicou a antropóloga e pesquisadora Taisa Lewitzki, doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Taísa Lewitzki explicou que as áreas onde estão os povos e comunidades tradicionais no Paraná são as áreas em que está a Mata Atlântica, a floresta da Araucária, além de bacias dos rios. Assim, a presença desses grupos é fundamental para a preservação dessas regiões.

No entanto, essas comunidades tradicionais historicamente ocupam territórios ameaçados pelo setor agropecuário, pelo garimpo, pelo desmatamento ou pela exploração desenfreada da fauna, flora e recursos hídricos. “Existe uma pressão cada vez maior do agronegócio, do garimpo, etc., sem nenhum respeito a esses povos instalados nessas unidades de conservação.”

Até mesmo a energia considerada “limpa” acaba se tornando uma ameaça. “Não vai se colocar um parque de energia eólica ou usinas fotovoltaicas, por exemplo, onde estão plantando soja”, afirmou o pecuarista familiar Fernando Pires Moraes Aristimunho, coordenador do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT) do Pampa.

Ele citou o projeto em andamento no Rio Grande do Sul, que pretende aumentar a área de monocultivo de árvores, alterando o zoneamento ambiental para atividades de silvicultura. Outra ameaça muito séria no Estado são os projetos de mineração em fase de licenciamento. “O Brasil possuía 44 milhões de hectares de campos nativos em 1985. Ao longo dos anos, cerca de nove milhões de hectares foram convertidos, dando lugar ao monocultivo de grãos e à silvicultura, restando cerca de 35 milhões de hectares em 2021 – uma redução de 20% da sua cobertura original”, alertou.





Rumi Kubo, professora do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenadora da mesa, afirmou que é preciso reconhecer o valor dessas comunidades e defender sua presença nesses territórios. “Está acontecendo uma reforma agrária às avessas, principalmente destituindo esses povos que habitam essas regiões.”

Para ela, as universidades podem ser locais de intersecção se buscarem acolher e agregar esses povos e seus saberes. “O quanto a universidade ganharia, para além de pesquisas, trazendo a diversidade, a biodiversidade e a sociodiversidade para dentro de seus muros, sendo tensionada a rever seus cânones?”, questionou. “São outros olhares sobre a tragédia ambiental que estamos vivenciando, outras leituras, outros modos de pensar.”

Para a promoção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva, é imprescindível reconhecer os saberes desses povos e comunidades tradicionais, promovendo a interculturalidade dos diferentes grupos que, pelos seus usos, preservam os ecossistemas. Fernando Aristimunho destacou, porém, que o descaso das gestões públicas com a sociobiodiversidade dos biomas, através da não regularização das terras e territórios indígenas e quilombolas, a falta de políticas públicas adequadas e a não aplicação das leis sobre culturas afro-indígena impedem avanços significativos no reconhecimento desses grupos. “Esse modelo socioeconômico capitalista, que exclui, criminaliza, não compreende todos os públicos, além da falta de conhecimento da sociedade sobre a importância dos ecossistemas para a regulação climática, colocam essas comunidades e esses territórios em risco”, pontuou.

ACADEMIA NÃO ABSORVE OS SABERES INDÍGENAS, APONTA ESPECIALISTA

Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, professor da UnB, falou sobre a relação da academia com os pesquisadores indígenas em conferência realizada durante a 75ª Reunião Anual da SBPC

VIVIAN COSTA

Embora exista um número crescente de indígenas nas universidades, a academia não tem absorvido seus conhecimentos. Essa é a percepção de Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, professor associado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), durante a conferência “Saberes indígenas: utopias que inspiram esperança e vida em tempos de crise socioclimática”, realizada durante a 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O antropólogo afirmou que a presença de indígenas é crescente na educação superior nos últimos anos e que isso sinaliza novos olhares. Mas, na prática, ainda não se vê mudanças curriculares para absorver suas competências. “Existe uma produção de conhecimentos historicamente invisibilizada em favor de uma ciência europeia, ocidental, que se construiu como a única capaz de produzir saberes. É preciso somar conhecimento, contemplando diversos olhares sobre o mundo com outros saberes.”

Mesmo com essa falta de inserção dos conhecimentos indígenas nos currículos do ensino superior, Baniwa acredita que, no futuro, isso pode mudar. “Por enquanto, os estudantes indígenas são orientandos, mas tenho certeza de que as coisas irão mudar quando eles virarem orientadores.”

O professor aponta um certo preconceito sobre os modos de aprendizagem e produção de conhecimento, no qual acredita-se, equivocadamente, que os saberes indígenas sejam exclusivamente empíricos. “Existe uma imaginação de que os indígenas não têm saberes teóricos. Tive professores que achavam que não tínhamos capacidade de reflexão, o que não é verdade. Temos uma altíssima capacidade de teorização e reflexão”, disse.

Baniwa também destacou que os indígenas, com suas experiências e modo de observar o mundo, têm muito a ensinar sobre sustentabilidade e como preservar a nossa casa em comum, o planeta Terra. “Os povos indígenas vivem de forma harmônica com a natureza. Com suas práticas, eles preservam o meio ambiente, ajudando a preservar a biodiversidade, as plantas e animais na natureza.”



A invisibilidade da ciência produzida na Amazônia

Ao todo, nos 166 municípios que compõem a região da Amazônia Legal, há 34 institutos públicos de pesquisa e desenvolvimento, com 330 campi, mas os programas de fomento não os enxergam

RAFAEL REVADAM

.....

A pesar das discussões sobre a Amazônia estarem cada vez mais presentes no campo político, com destaque às preocupações sobre as mudanças climáticas, os debates acerca do tema partem mais de atores externos do que das populações que vivem no interior do território amazônico. E são justamente suas falas, conhecimentos e ações que não deveriam ser invisibilizadas. Para trazer essa população e suas produções científicas à tona, um coletivo de cientistas elaborou um mapeamento de todas as instituições de pesquisa da região.

“A Amazônia não é bem aquilo que se tem divulgado, a presença de associações organizadas e centros de pesquisa de ensino público no seu interior é muito maior do que se imagina”, introduziu o físico e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti.

.....

A fala ocorreu na mesa-redonda “Mapa das 32 IEs e Institutos com seus 300 campi na Amazônia”, realizada no dia 26 de julho, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), como parte da programação da 75ª Reunião Anual da SBPC.

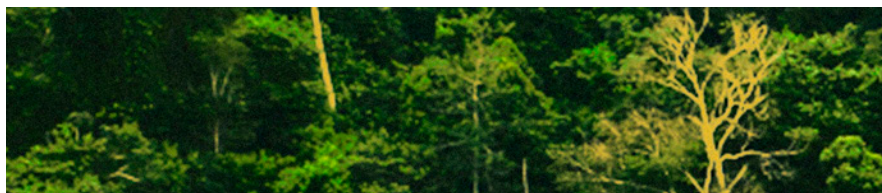
Também presidente do Museu da Amazônia (MUSA), Candotti afirmou que o mapeamento da estrutura científica da Amazônia Legal e os conhecimentos ali produzidos não estão completos em órgãos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC) e o da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o que compromete, diretamente, a elaboração de políticas públicas adequadas para a região. “A Amazônia é a periferia do Brasil. E segue sendo”, ponderou.

“Existe um pensamento geral de que na Amazônia não se tem recursos humanos, não se tem um estoque de pensadores, de intelectuais, porque nós temos uma divisão de trabalho intelectual no Brasil e, nela, a Amazônia é como se fosse a periferia”, denunciou Alfredo Wagner, pesquisador sênior da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Ao todo, nos 166 municípios que compõem a região da Amazônia Legal, há 34 institutos públicos de pesquisa e desenvolvimento, com 330 campi. “O que esse trabalho de pesquisa nos mostra? Em primeiro lugar, nós estamos falando de 166 municípios que têm instituições de ensino superior, isso não é qualquer coisa. Quer dizer, isso está muito interiorizado.”

Wagner também criticou a visão geral de que quem entende da Amazônia são as universidades localizadas da região Centro-Sul, reforçando a invisibilidade de quem está lá no território amazônico produzindo pesquisas. “Será que um dia vão transferir o Fundo Amazônia para a Amazônia? O maior fundo de recursos federais para a região funciona, hoje, no Rio de Janeiro”, denunciou.

O especialista também compartilhou a dificuldade de compilar as informações das instituições: “Por exemplo, na Universidade Federal do Pará existem 103 programas de mestrado e 47 programas de doutorado, mas as dificuldades para compor essas informações foram imensas, há um déficit de informação assustador e não tem atualização também nos centros das informações”, relatou.



A pesquisadora Tatiana Deane de Abreu Sá, da Embrapa Amazonas, trouxe um panorama da instituição e a sua articulação no território. “A Embrapa é oriunda de institutos de pesquisa espalhados no Brasil todo. Ao longo de seus 50 anos, ela herdou duas unidades de pesquisa na Amazônia, uma criada em 1939, que é onde eu trabalho, e outra que foi fundada posteriormente, em Manaus. A partir disso, ela foi criando uma rede, que conta hoje com 43 centros de pesquisa que, no entanto, recebe apenas 15% do total de recursos orçamentários destinados à Embrapa nacional”, contou.

Recém-empossada como nova diretora da SBPC, a professora titular da Universidade Federal do Amazonas, Marilene Corrêa da Silva Freitas, ressaltou o cenário de exclusão acadêmica que vive a região.

“Durante quatro anos, eu fui reitora da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e, antes disso, eu implantei a política de ciência e tecnologia no meu Estado, que não existia.” Freitas falou sobre o período em que esteve à frente da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas, entre os anos de 2003 e 2007.

“Quando assumi a secretaria, o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) já existia há mais de 50 anos, o Museu Emílio Goeldi tinha cento e poucos anos, a universidade federal tinha mais de 100 anos, o Instituto Geográfico e Histórico também existia há 100 anos, ou seja, várias instituições centenárias. No entanto, em relação à política de ciência e tecnologia, o único projeto nacional que existia para a Região Norte no começo dos anos 2000 era um programa de iniciação científica”, contou.

Segundo a pesquisadora, o projeto de desenvolvimento regional só direcionava recursos para a Embrapa e o Inpa. “A nossa Universidade Federal não tinha condições de ser um polo do projeto de desenvolvimento regional. O Acre, o Amapá, Rondônia e Roraima nem pensar. Então, qual foi a audácia da nossa política? A cada R\$ 1 que o Ministério investisse no Estado do Amazonas, nós duplicamos o investimento.”

Freitas listou três tópicos que devem pautar as lutas da comunidade científica amazônica: evitar o extrativismo científico da região, evitar o apagamento da memória cognitiva da inteligência local e combater a exclusão dos cientistas formados pelos seus institutos de pesquisa. Também criticou o fato de que a Amazônia tem se tornado um local de experimentações, principalmente sugeridas por pessoas que não são de sua comunidade. A especialista concluiu sua fala alegando que o reconhecimento científico da região é uma luta de todos, inclusive uma luta interna da própria comunidade científica.

“

As agendas públicas são direitos da Ciência e Tecnologia e do povo brasileiro, e as pessoas não têm a menor legitimidade de engolir esses direitos do povo brasileiro. A Ciência e Tecnologia são um bem público, como é a educação universitária. Então, esse é um problema também político, para ser resolvido, inclusive, dentro da nossa SBPC. Todas as vezes que nós indicamos o que é ser periférico no nível local, na verdade, nós estamos expondo o caráter nacional brasileiro.”

(Marilene Corrêa da Silva Freitas)

A questão da invisibilidade da ciência produzida na Amazônia ganhou os tópicos do documento final da 75ª RA, a **Carta de Curitiba** (leia na pág. 5).



O DESAFIO DO DESARMAMENTO

Para especialistas, País necessita de investimentos no controle de armas e em campanhas de conscientização, que combatam os ataques às instituições democráticas

O Brasil tem hoje mais de um milhão e meio de armas de fogo com registros vencidos ou expirados, o que representa metade das registradas na Polícia Federal. Na prática, a irregularidade significa que o País não sabe o paradeiro desses artefatos. Esta é apenas uma das consequências agravantes da política pró-armas implementada em quatro anos do bolsonarismo. Para especialistas, o Governo Federal tem o desafio agora de desarmar o País, o que envolve investimentos em infraestrutura, melhorias legislativas e, principalmente, campanhas de conscientização.

O debate sobre desarmar o País ocorreu durante a programação da 75ª Reunião Anual da SBPC e contou com as presenças de David Marques, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Arthur Trindade Maranhão Costa, professor da Universidade de Brasília (UnB), e Letícia Cesarino, antropóloga e representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A mediação foi da então vice-presidente da SBPC, Fernanda Sobral.

David Marques apresentou dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, um estudo do FBSP que mensurou os impactos das políticas pró-armas durante os quatro anos do Governo Bolsonaro e comparou com demais governos.

Segundo Marques, para difundir os registros de armas de fogo à população, as medidas do antigo governo facilitaram o porte a quem possui registro como Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC) junto ao Exército Nacional.

“Se a gente faz uma comparação com dados de 2018, o número de pessoas registradas como CAC cresceu sete vezes nos últimos anos. Já em relação a 2017, o crescimento foi de 12 vezes. E a gente não tem notícias de que o tiro desportivo tenha crescido tanto no Brasil, caso contrário, o País seria uma potência olímpica nesse esporte.”

Segundo dados da Polícia Federal em 2022, o Brasil tem 1 milhão de armas de fogo regularizadas, mas possui esta mesma quantidade em situação

irregular. “Pode ser que essas armas irregulares estejam com os proprietários originais, mas pode ser também que elas já estejam em posse do crime organizado. E esse cenário ainda é incompleto, porque a gente não conseguiu obter informações junto ao Exército com relação aos registros vencidos, então o cenário de descontrole pode ser ainda maior”, alertou Marques.

Professor da UnB, Arthur Trindade Maranhão Costa destacou que os registros para CACs cresceram 5.000% nos últimos anos. “O Exército facilitou muito o registro dessa categoria. Muita gente se registrou como caçador, colecionador e atirador e não é, de fato, nem caçador, nem colecionador e nem atirador. Foi uma grande desculpa, porque foi permitido aos CACs o porte de armas em trânsito, o que, na prática, é o porte de arma livre.”

O especialista destacou que a defesa da flexibilização do Estatuto do Desarmamento foi um grande discurso vendido à população, muito encabeçado pela então figura máxima de poder do País, o então presidente Jair Bolsonaro, e outras esferas políticas.

“Essa defesa era baseada na ideia de que o cidadão teria direito a se defender contra os criminosos, era um discurso muito forte, com deputados e demais lideranças políticas falando abertamente sobre isso.” A política pró-armas, inclusive, colaborava com uma visão já presente naquele governo: a descrença da ciência.

“Estudos acadêmicos mostram que mais armas significa mais mortes sobre todas as perspectivas. Também apontam que as pessoas armadas têm mais chances de ser vítimas de assaltos e de roubos do que as pessoas desarmadas e, ainda, que o aumento de armas em circulação tem um efeito direto sobre o aumento de feminicídios e sobre o aumento na letalidade de policiais”, ponderou Costa.

A mediadora Fernanda Sobral destacou que o debate armamentista é um debate científico.

“Eu não trabalho com segurança pública, mas eu trabalho com ciência e tecnologia. Observo que o Fórum Nacional de Segurança Pública, que apresentou estes dados, não é só uma organização não-governamental, mas também uma rede acadêmica. Então, se produz dados, conhecimentos, informações para que se possam subsidiar políticas públicas, e isso é muito importante.”
(Fernanda Sobral)

Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Letícia Cesarino corroborou que um dos desafios é transformar o que a ciência aponta em políticas. A antropóloga explicou que a Pasta ministerial criou um Grupo de Trabalho (GT) para entender a ecologia do extremismo online, em que a difusão do porte de armas é uma das principais questões defendidas.

“É importante pensarmos a questão do extremismo de forma multidimensional. Porque, ainda mais para o contexto brasileiro, é uma realidade nova. Não que não houvesse no passado discursos e comportamentos extremos, preconceituosos, mas, infelizmente, essa é uma realidade que tem ganhado proporções cada vez maiores.”

Para os especialistas, os desafios de desarmar o Brasil são muitos e atingem muitas frentes simultaneamente. A antropóloga Letícia Cesarino defende políticas de conscientização, de modo a combater os discursos enraizados nos últimos anos, que se dedicaram a minar a credibilidade da democracia e suas instituições.

Já o representante do FBSP, David Marques, concordou com as demandas de informação à população, mas destacou a necessidade de uma melhor estrutura federal para o controle das armas. O especialista elogiou decretos publicados pela Presidência da República no começo deste ano, que dificultaram o acesso a esses artefatos por meio do registro de CACs, mas novas medidas são necessárias. (RR)



Metas de aquecimento global estão ameaçadas

Cientistas falaram sobre os desafios para o cumprimento do Acordo de Paris, os prejuízos que o clima mais quente representa e as alternativas

JANES ROCHA

A questão ambiental foi debatida em mais de 20 encontros durante a 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de forma direta ou indireta. Nas duas principais conferências, os cientistas do clima Paulo Artaxo e Carlos Nobre trouxeram dados mais recentes sobre as mudanças climáticas, com o alerta de que estações secas estão cada vez mais longas e as de chuvas, mais curtas no Brasil – sinal de que a Amazônia está entrando em um ponto de não-retorno, rumo à savanização.

Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre os mais renomados meteorologistas do País e um dos cientistas brasileiros mais conhecidos no mundo, Carlos Nobre chamou a atenção para a grave situação da floresta Amazônica, que já perdeu 18% de sua cobertura por derrubada de árvores e incêndios nos últimos 40 anos.

O fenômeno tem consequências globais – não apenas para os brasileiros ou sul-americanos –, que vão do aquecimento das temperaturas em todo planeta, até o risco de novas pandemias, já que vírus existentes apenas dentro da floresta estão saindo do ecossistema devido ao desmatamento.

“A degradação florestal aumentou muito nos últimos anos”, reiterou Nobre, lembrando que grande parte da destruição é causada pela atividade pecuária. O desmatamento no Brasil é apontado pelos cientistas como um dos causadores do aquecimento global, junto às emissões industriais e o uso de combustíveis fósseis nos países mais desenvolvidos.

Nobre alertou que as temperaturas globais médias já se elevaram em 1,15°C nos últimos anos e que, a seguir neste ritmo, tornará “impossível” o cumprimento do Acordo de Paris.

Assinado em 2015, durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da Organização das Nações Unidas, por 195 países, o Acordo de Paris tem o compromisso de manter o aumento da temperatura média global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais até 2030.

O aquecimento global tem uma relação direta com a atividade humana, como já foi demonstrado em estudos que vêm sendo realizados há pelo menos 50 anos, destacou o físico e cientista do clima Paulo Artaxo, vice-presidente da SBPC.

Segundo ele, “o clima é determinante na nossa estrutura socioeconômica” e o aumento da temperatura média global registrada até agora já se reflete em desertificação de áreas como sul de Portugal e Espanha, degelo das camadas polares, aumento do nível e aquecimento das águas oceânicas com consequências fatais para a biodiversidade na terra e no mar.

O Brasil também já está sendo afetado com a área semiárida no Norte e Nordeste em expansão, déficit hídrico avançando para a região Centro-Oeste e chuvas torrenciais catastróficas no Sul e Sudeste. “Na área central (Centro-Oeste), que produz carne e soja, a produtividade vai cair (...) a conclusão óbvia é que o Brasil vai ter que repensar seu futuro, um país exportador de soja e de carne pode não ter mais espaço mundial”, afirmou.

Para ele, o atual sistema socioeconômico precisa de uma revisão. “É importante ter isso em mente para que possamos construir um caminho de sustentabilidade para o nosso planeta, o que, com certeza, é um dos objetivos dessa conferência da SBPC e da sociedade em geral”, disse Artaxo.

CIÊNCIA MOSTRA O CAMINHO

Em resposta aos efeitos do aquecimento global, o Brasil precisa da ciência para desenvolver estratégias de adaptação. Este foi o foco da mesa-redonda “Mudanças climáticas: impactos no clima e biodiversidade do Brasil e a construção de uma sociedade sustentável”, realizada no dia 26 de julho.

A física Marcia Cristina Bernardes Barbosa, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que neste momento está conduzindo a Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), falou do trabalho e dos objetivos da Secretaria. Segundo ela, o órgão está preparando a abertura de novos editais para apoio à pesquisa em diversas áreas, em especial a promoção da bioeconomia a partir das cadeias produtivas, identificando elementos para otimizar e dar suporte aos produtores na construção dessas redes.

“Bioeconomia significa olhar para nossa biodiversidade e identificar como podemos ajudar a população local a ter mais ganhos com essa biodiversidade”, definiu Barbosa.

Mariana Moncassim Vale, ecologista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), alertou que a maioria (82%) das espécies endêmicas do País sofre de alguma maneira com os impactos das mudanças climáticas. “Ecossistemas e sua biodiversidade associada são parte integrante de um modelo de desenvolvimento climaticamente resiliente. Não apenas as mudanças climáticas impactam nos ecossistemas, mas, sobretudo, eles são capazes de se adaptar e mitigar as mudanças climáticas e, também, prover os serviços ecossistêmicos necessários para aumentar a nossa resiliência”, concluiu Vale.

O vice-reitor da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Moacyr Araújo, coordenador da Rede Clima – organização sediada no Inpe, que congrega pesquisadores de todo o País em diversos

temas –, enfatizou também a bioeconomia. Ele propôs um projeto com o nome sugerido de Biomas 4.0 (em alusão ao existente Amazônia 4.0) como estratégia de desenvolvimento, envolvendo transferência de conhecimento entre as cadeias produtivas e as pesquisas, com foco nos impactos socioeconômicos e ambientais.

“Desse modo, a bioeconomia se transforma em um instrumento não só de capacitação e geração de recursos, mas também de combate às mudanças climáticas”, afirmou Araújo.

A climatologista Alice Marlene Grimm, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), centrou sua apresentação na análise de diferentes modelos para previsão dos efeitos das mudanças climáticas nas temperaturas e precipitações pelo País. Em qualquer deles, no entanto, a conclusão foi que “a Amazônia terá um clima futuro mais seco, especialmente em sua estação chuvosa, o que representa mais um risco para sua sobrevivência.”

A FLORESTA DESCONHECIDA

Pesquisadores abordaram as principais barreiras que enfrentam para catalogar as espécies que habitam o maior bioma do planeta

VIVIAN COSTA

A pesar de seu tamanho e riqueza de biodiversidade, a Floresta Amazônica ainda é desconhecida, afirmaram especialistas que participaram da mesa-redonda “Conhecemos a floresta Amazônica?”, uma das atividades da 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Coordenado por Ennio Candotti, diretor do Museu da Amazônia (Musa) e presidente de honra da entidade, o debate contou com a participação da ecóloga Ima Célia Guimarães Vieira, pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi e assessora da presidência da Finep, e dos botânicos Daniela Zappi, professora visitante da Universidade de Brasília (UnB), e Michael John Hopkins, curador do herbário e coordenador do Programa de Pós-graduação em Botânica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Segundo os especialistas, embora a Amazônia seja o bioma com maior biodiversidade do planeta, os pesquisadores enfrentam diversas barreiras para catalogar as espécies da região, como, por exemplo, falta de investimentos, recursos humanos e desmatamento.

“A floresta Amazônica é apresentada como um dos grandes e valiosos patrimônios do nosso País. No entanto, a conhecemos muito pouco. Com certeza gostaríamos de ter um pouco mais de informação sobre esse patrimônio de todos nós. Não existem patrimônios abstratos. Não podemos chamar

a Amazônia de patrimônio brasileiro se não a conhecemos”, refletiu Candotti.

Entre as dificuldades para a coleta, Daniela Zappi apontou a baixa fixação de pesquisadores na região e aposentadoria dos fixos. “Muitos pesquisadores vão para a região, mas logo retornam para suas origens. É preciso formar pessoal da região, com mais facilidade para se fixar”, disse. Ela também disse que os poucos profissionais que existem estão se aposentando e não estão sendo substituídos.

Ela falou sobre a importância dos mateiros e parobotânicos, cada vez mais raros, para ajudar com a coleta de espécies. Esses profissionais geralmente não têm ensino formal em biologia, mas são donos de um conhecimento tradicional inestimável. Abrindo caminho pelas matas, eles colaboram com os cientistas na hora de coletar as amostras no topo das árvores e muitos deles sabem identificar espécies novas e raras.

Michael Hopkins ressaltou que outro problema enfrentado para a identificação das espécies na Amazônia é que a região conta apenas com 9% dos taxonomistas brasileiros, o que implica em sérias distorções.

Quanto à falta de cientistas na região, Ima Vieira chamou a atenção para o fato de que pelo menos 20 linhas de pesquisa devem ser extintas em breve, com a aposentadoria próxima de pesquisadores sêniores.





A festa da ciência, da cultura e da arte local

Eventos sociais, culturais e educativos da 75ª Reunião Anual, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, atraíram milhares de visitantes de todas as idades

VIVIAN COSTA E RAFAEL REVADAM

Millhares de pessoas visitaram os eventos sociais, culturais e científicos concomitantes à programação da 75ª Reunião Anual (75ª RA) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Pelos corredores da SBPC Jovem e da ExpoT&C passaram alunos, professores, pesquisadores, autoridades e trabalhadores. Além de muita ciência, teve também muita música para animar crianças e adultos, curiosos e entusiasmados com tantas atrações diferentes.

A reunião se encerrou no sábado, 29 de julho, com o “Dia da Família na Ciência”. A data foi marcada por uma programação inteiramente gratuita, dirigida à interação entre ciência e comunidade local, fazendo com que o campus do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná (UFPR) atraísse pessoas de todas as idades.

No Dia da Família, aproximadamente 3500 pessoas participaram das atividades nas tendas da SBPC Jovem e ExpoT&C. Ao longo da semana, foram mais de 20 mil visitantes, a grande maioria, estudantes das escolas da região, que retornaram no sábado com seus familiares. Uma das atrações da exposição foi o Circo da Ciência, espaço que agregou materiais de 15 Centros e Museus de Ciências, vinculados à Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), oriundos de vários estados do País.

Luiz Aurélio Virtuoso, professor do curso de Engenharia Civil da UFPR, que ajudou na organização da acessibilidade do evento, disse que, depois de muito trabalho, resolveu trazer no sábado sua esposa, Camila Bertolli, a filha Lorena e a amiga Cecília, ambas de 11 anos. “É uma realização trazer as meninas para verem o retorno da ciência à população. Elas adoraram tudo, inclusive as atividades interativas e o passaporte. Elas ganharam uma tabela periódica, viram os elementos e ficaram fascinadas com tantas descobertas. Atividades assim despertam o interesse para ciência e podem ajudar, no futuro, na escolha da profissão”, disse.



Fotos: Jander Rodrigues/SBPC





Fotos: Jandiel Rodrigues/SBPC

Ambas receberam o Passaporte da Ciência, uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI): um passaporte fictício com folhas em branco, cujo objetivo era preenchê-lo com carimbos diferentes, que eram obtidos a cada estande visitado. Para as crianças, não só os espaços do MCTI deveriam ter carimbos, como todos os expositores presentes deveriam ter entrado na brincadeira.

Dayane Andrade, aluna da pós-graduação de engenharia de alimentos da UFPR, levou as duas filhas, de sete e três anos de idade, para se divertirem. “Por conta de agenda, não consegui participar do evento durante a semana. Mas minha mãe, que trabalha na universidade, contou que o evento recebeu muitas crianças de escolas. Foi quando consultei a programação e vi que estava aberta hoje (sábado) para toda a comunidade. “Elas amaram, e estou feliz, porque as atividades despertaram a curiosidade delas. Elas ficaram encantadas com a parte de robótica e com as apresentações culturais”, comemorou.

Andrade só lamentou que muitas escolas particulares da cidade não participaram do evento durante a semana. “A escola das minhas filhas, por exemplo, não foi, o que poderia ter aumentado o número de crianças visitando tudo isso. Eventos assim são muito importantes para estimular a curiosidade dos pequenos e mostrar o quanto que a ciência é interessante”, salientou.

Morador de Curitiba, Paulo Poli foi até a 75ª RA com a mulher e os dois filhos. Para ele, que não sabia o que esperar do evento antes de entrar no campus Centro Politécnico da UFPR, a surpresa

foi ter uma grande estrutura pensada na educação e na imersão científica. “Está bem legal. É um espaço bem diferente, bem construído para as crianças. Tem uma diversidade de conhecimentos. Biologia, filosofia, robótica espacial. Tudo em um lugar só.”

Cristiane Queiroz e Gabriela Zanluca são estudantes do curso de Nutrição da própria UFPR e viveram, pela primeira vez, na 75ª RA a oportunidade de apresentar seus trabalhos científicos e de dialogar com o público. “É uma loucura, está passando muita gente, sempre interessada”, afirmou Cristiane. Gabriela complementou: “As pessoas estão muito curiosas, principalmente as crianças, a gente vê que elas querem bastante aprender.”

Ambas estavam no estande “Cozinhando com Ciência”. A ideia do espaço foi brincar com cores e elementos, utilizando o pH do repolho. “Aqui, a gente trouxe um experimento com repolho roxo, porque ele muda de cor dependendo do pH do meio. Então, a gente deixa as crianças colocarem o que elas quiserem e que está à disposição, que são outros alimentos, como vinagre e suco de limão, para ver com qual cor o repolho fica. E as crianças ficam fascinadas com as mudanças de coloração que acontecem”, explicou Cristiane.

Elisângela de Melo, professora do ensino básico, levou a filha Júlia, de oito anos, e acredita que o contato com diversos experimentos pode despertar o interesse das crianças e ajudá-las na escolha da profissão quando crescerem. “Eventos abertos trazem a população para mais perto da ciência e mostram que ela não é algo distante ou abstrato. Sem falar que os experimentos podem

ajudar na escolha da área de muitos estudantes”, disse.

A pedagoga Maria Helena Vieira da Silva foi ao evento com os dois netos, de 10 e 12 anos, para aproveitar o sábado na UFPR. Ela conta que na quinta-feira visitou o evento com 120 alunos da escola em que trabalha e achou tudo tão interessante que resolveu voltar, desta vez com a família, para aproveitar. “Eu achei tudo muito interessante, e as atividades didáticas e interativas são muito importantes para aguçar a curiosidade das crianças”, disse.

Já a geóloga Siana Soares de Oliveira, que levou as duas filhas, de oito e 11 anos, contou que elas gostaram muito dos aprendizados com o toque lúdico. “Sou controladora com a questão das telas e sempre busco atividades interativas para distraí-las. Quando fiquei sabendo do evento, logo coloquei na agenda como uma ótima oportunidade e não me arrependi”, disse.

Para a secretária-geral da SBPC, Claudia Linhares Sales, responsável por coordenar a realização da Reunião Anual, ver o evento repleto de pessoas foi enriquecedor.

“

A 75ª Reunião Anual foi muita coisa: emoção, alegria, um produto de trabalho de centenas de pessoas, tanto da instituição local, a UFPR, quanto da nossa equipe. E esse evento não só representa um retorno da Ciência no País [com o novo Governo Federal], mas um retorno de mobilização popular também. E a quantidade de visitantes mostra isso. Por exemplo, a gente teve uma SBPC Jovem pulsante, que recebeu 16 mil crianças e hoje, no último dia, o campus está lotado também”.
(Claudia Linhares Sales)



UFPA vai sediar a 76ª Reunião Anual da SBPC

"Ciência para um futuro sustentável e inclusivo: por um novo contrato social com a natureza" será o tema da próxima edição do encontro, que acontecerá de 7 a 13 de julho 2024 em Belém



A 76ª Reunião Anual (76ª RA) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) já tem data, local e tema definidos. O evento ocorrerá entre os dias 07 e 13 de julho de 2024 e terá como assunto central "Ciência para um futuro sustentável e inclusivo: por um novo contrato social com a natureza". Os anúncios foram feitos em painel realizado dia 23 de agosto, na Universidade Federal do Pará (UFPA), anfitriã da próxima edição da reunião.

"Para a SBPC, é uma grande alegria poder voltar à UFPA, que é nosso porto e também referência em ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. Nossa expectativa é poder discutir os problemas locais, assim como políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação que são de interesse da região, mas não estão desconectados do restante do País e do mundo. A ideia é termos como legado realmente um novo contrato com a natureza e a escolha não poderia ser mais oportuna", destacou Claudia Linhares Sales, secretária-geral da SBPC.

O maior evento científico da América Latina antecederá a realização, em Belém, da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), que trará à capital paraense, em 2025, chefes de Estados e de governos, pesquisadores e ambientalistas de todo o mundo para discutir medidas de enfrentamento às mudanças climáticas.

Para o presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro, será um bom momento para antecipar e preparar para as discussões globais que Belém receberá por ocasião da COP-30. "Como nosso tema será Ciência para um Futuro Sustentável e Inclusivo, pensamos em deflagrar nessa reunião a discussão de um novo paradigma entre o homem e a natureza. A Reunião da SBPC não tem temática exclusiva na agenda ambiental, mas sem dúvida esse será um eixo importante durante as discussões que deverá conciliar o respeito ao meio ambiente e aos povos tradicionais", considerou.

Segundo o reitor da UFPA, Emmanuel Zagury Tourinho, sendo a Amazônia tema de interesse nos principais debates globais, é oportuno que cientistas e comunidades que vivem e conhecem a região em profundidade sejam protagonistas nos diálogos: "Pensamos que esta reunião da SBPC será um momento de preparação da comunidade científica para intervenção nos debates que acontecerão durante a COP, e será especialmente importante que aconteça aqui, porque tornará mais provável que aqueles que produzem ciência nas amazônias participem ativamente desse debate e contribuam para essas construções da ciência nacional que deverão ser trazidas por ocasião da COP-30."

Jornal da Ciência, com informações da Ascom-UFPA

JORNAL DA CIÊNCIA | Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

ANO XXXVII | Nº 805 | AGOSTO/SETEMBRO 2023

Conselho Editorial: Claudia Masini d'Ávila-Levy, Lisbeth Kaiserlian Cordani, Luisa Massarani, Graça Caldas e Marilene Correa da Silva Freitas

Editora: Daniela Klebis

Editora-assistente: Janes Rocha

Redação e reportagem: Chris Bueno, Daniela Klebis, Janes Rocha, Rafael Revadam e Vivian Costa

Revisão: Carlos Henrique Santos e Vivian Costa

Arte e Diagramação: Fernanda C. M. Pestana

Distribuição e divulgação: Carlos Henrique Santos

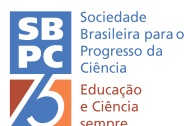
Redação: Rua Maria Antônia, 294 - 4º andar
CEP 01222-010 São Paulo, SP
Fone: (11) 3259-2766

E-mail: comunicacao@sbpcnet.org.br

Apoio: Finep e CNPq

ISSN 1414-655X

Distribuição: O jornal está disponível em sua versão eletrônica, com acesso pelo site: www.jornaldaciencia.org.br



ASSOCIE-SE!

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site sbpcnet.org.br/associe-se/ ou entre em contato pelo email: socios@sbpcnet.org.br

VALORES DAS ANUIDADES

R\$ 60	Estudantes associados quites de Sociedades Afiliadas à SBPC.
R\$ 70	Estudantes do Ensino Básico, de Graduação e de Pós-graduação, Professores de Ensino Básico.
R\$ 150	Profissional associado quite de Sociedades Afiliadas à SBPC.
R\$ 200	Professores de Ensino Superior, Pesquisadores e Outros Profissionais.

R. Maria Antonia, 294 - 4º andar - CEP 01222-010 - São Paulo, SP Tel.: (11) 3259-2766